

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA | | |
|--|-----------------|------------------------------------|
| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
| PR/2026/326 | 420/2026 | Proposta à Câmara Municipal |
| Unidade Administrativa | | |
| DU - [INTERNO] | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 4948/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/261 de 5 de Janeiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.")

Despachos

- A 05/01/2026, Manuel Faria Lopes, na qualidade de Chefe Divisão de Procedimentos Urbanísticos: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 4948/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-29860

REQUERENTE: PROVALOREM INVESTIMENTOS, LDA - - NIPC: 515654639

LOCAL DA OBRA: Rua dos Espessandes, freguesia de Esporões, 4705-475 Braga

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades

DU - DGPU [GP9]

INFORMAÇÃO TÉCNICA - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES

1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

O requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-29860, de 30/12/2025, apresenta os **projetos das especialidades**, relativos à obra de construção de uma habitação geminada, muros de vedação e acessos, com tipologia T4, que foi executada sem o devido licenciamento, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua dos Espessandes, freguesia de Esporões, 4705-475 Braga, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 928/20090518, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 1341.

2. ANÁLISE

2.1. Projeto de arquitetura

2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 21/11/2025.

2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

2.2.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

2.3.1. Apresentou termo de responsabilidade pelo projeto e ficha eletrotécnica da instalação elétrica, nos termos da subalínea i), da alínea a) do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto, constituindo título bastante para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual.

2.3.2. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.4. Projeto de instalação de gás

2.4.1. Apresentou elementos a solicitar a isenção de projeto de gás, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro. Nos termos do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, são revogados os pontos 1 e 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, na sua atual redação, relativamente à obrigatoriedade de instalação de rede de gás.

2.5. Projeto de abastecimento de água

2.5.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.5.2. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente



parecer, através do registo 2026-S-RE-402 de 05/01/2025.

2.6. Projeto de águas residuais

2.6.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.6.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2026-S-RE-402 de 05/01/2025.

2.7. Projeto de águas pluviais

2.7.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.8. Projeto de arranjos exteriores

2.8.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.9. Projeto de infraestruturas de telecomunicações

2.9.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.10. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético

2.10.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.10.2. Apresentou o pré-certificado energético, SCE392115930, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

2.11. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

2.11.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.12. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

2.12.1. Apresentou ficha de segurança contra incêndios em edifícios.

2.13. Projeto de condicionamento acústico

2.13.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3. PROPOSTA

Analizados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de **Licenciamento de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades** se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do disposto ao abrigo do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3.1. Face ao anteriormente exposto, constata-se que os **Projetos das Especialidades** se encontram corretamente instruídos, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe deferimento do **pedido de licenciamento** de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades;

3.2. Após informação superior e despacho, deverá notificar-se o(a) O requerente para, no prazo máximo de 1 ano, apresentar requerimento e respetivos elementos instrutórios previstos no n.º 21, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, para o pagamento de taxas e emissão do respetivo recibo que tutela a operação urbanística.

4. INICIO DOS TRABALHOS

4.1. De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação





SOA A FUTURO.

atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DU - DGPU [GP9]

João Filipe de Oliveira Azevedo

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



CERTIDÃO

| PROCESSO N.º | ÓRGÃO COLEGIAL | DATA DA SESSÃO/REUNIÃO |
|--------------|---------------------------|------------------------|
| 48502/2025 | Câmara Municipal de Braga | 24/11/2025 |

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Braga, certifica que a Câmara Municipal de Braga, em reunião, deliberou, aprovar o seguinte:

LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO | RUA DOS ESPESSANDES, ESPORÕES | PROCESSO 48502/2025

| | |
|-----------|------------------------------|
| Favorável | Tipo de votação: Unanimidade |
|-----------|------------------------------|

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36455 de 14 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

Deliberado aprovar por unanimidade

Por ser verdade emite o presente Certificado que vai assinado eletronicamente.

A Câmara Municipal de Braga, em data de assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 4948/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Avaliação Técnica, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36215 de 10 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura e a operação de destaque de parcela apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem. Emita-se certidão de destaque nos termos propostos.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Despachos

- A 10/11/2025, Maria Filomena Carvalho Ferreira, na qualidade de Chefe Divisão de Avaliação Técnica: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 4948/2025

REGISTRO ENTRADA: 2025-E-RE-20463 DE 16.09.2025

REQUERENTE: PROVALOREM INVESTIMENTOS, LDA

LOCAL DA OBRA: RUA DOS ESPESSANDES
FREGUESIA DE ESPORÕES, BRAGA

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO E DESTAQUE DE PARCELA

Sérgio Carvalho, Arqto.

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

1.1. A entidade requerente através do registo nº 2025-E-RE-20463, de 16/09/2025, apresenta resposta ao Despacho nº 2025-5324 de 22/05/2025, referente a **Licenciamento de obras de edificação e Destaque de Parcela**, com vista à regularização de construção de edifício destinado a habitação (geminada) e muros de vedação, a levar a efeito no prédio sito na rua dos Espessandes, Freguesia de Esporões, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o n.º 928/20090518, inscrito na matriz de natureza urbana, sob o artigo n.º 1341.

1.2. A pretensão está sujeita a licença administrativa ao abrigo da alínea c) do número 2 do Artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual.

2. ANTECEDENTES:

Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:

- 2.1. Informação técnica da DAT nº 2025-12301 de 22/05/2025.
- 2.2. Processo nº 19466/2025 - Fiscalização de operações urbanísticas (Parcela sobranete)
- 2.3. Processo nº 19481/2025 - Fiscalização de operações urbanísticas (Parcela a destacar)

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

3.1.1. A obra está implantada em Espaço Urbano de Baixa Densidade – BD1, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 11741/2015, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 201, de 14 de outubro.

3.2. Instrução do processo:

O processo encontra-se suficientemente instruído para análise, conforme informação DPU nº 2025-23510 de 16/09/2025.

3.3. Pareceres das entidades internas ao município:

A presente operação urbanística não está sujeita a parecer de entidades internas.

3.4. Pareceres das entidades externas ao município:

A presente operação urbanística não está sujeita a parecer de entidades externas.

3.5. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o RGEU, com o regulamento do PDMB e com o Código Regulamentar de Braga:

3.5.1. A requerente apresenta resposta ao Despacho n.º 2025-5324 de 22/05/2025, no sentido dar resposta satisfatória as condicionantes impostas no n.º 3.5.8. da informação técnica da DAT nº 2025-12301 de 22/05/2025.



3.5.2. Analisados os elementos apresentados, considera-se que é dada resposta satisfatória ao solicitado, nomeadamente:

- **Índice de impermeabilização máximo**, cumpre o índice de impermeabilização máximo de 55%, conforme disposto na subalínea iii), da alínea c), do n.º 1, do Artigo 78º do Regulamento do PDM em vigor.
- **Afastamento de edificação ao eixo da via**, a entidade requerente propõe a demolição da piscina, de modo a dar cumprimento ao disposto na alínea a) do ponto 2 do artigo 84.º do Regulamento PDM em vigor.
- **Altura da edificação**, a edificação possui uma altura inferior a 4m, medida relativamente ao prédio vizinho, cumprindo o disposto na alínea b) do ponto 3 do Artigo B-1/48º do Código Regulamentar de Braga.
- **Altura dos muros de vedação**, os muros de vedação possuem uma altura inferior a 1,80m, cumprindo o disposto no n.º 1 do Artigo B-1/52º do Código Regulamentar de Braga.

3.5.3. A operação urbanística consiste na **Licenciamento de obras de edificação e Destaque de Parcela**, com vista à regularização de construção de edifício (obra inacabada) destinado a habitação (geminada) e muros de vedação.

3.5.4. Relativamente ao pedido de **Destaque da Parcela**, a entidade requerente apresenta planta indicando as parcelas a destacar e sobranter.

Sendo que:

Área total da parcela – **1060.11m²**

Parcela destacar – **486.43m²**

Parcela sobranter – **573.68m²**

Neste contexto, estão reunidos os pressupostos do n.º 4 do Art.º 6 do RJUE.

“ Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos.”

3.5.5. Relativamente ao pedido de **Licenciamento de obras de edificação**, pretende a entidade requerente proceder a regularização de construção de edifício (obra inacabada) destinado a habitação (geminada) e muros de vedação, sendo esta edificação localizada na parcela a destacar.

3.5.6. Analisados os elementos apresentados, verifica-se que o edifício objeto de licenciamento, cumpre as condições de edificabilidade definidas para a subcategoria de espaço BD1, conforme descrito no Artigo 78º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, nomeadamente:

- **Índice de utilização máximo**, considera-se que a presente proposta poderá ser enquadrada na subalínea iv), da alínea c), do n.º 1, do Artigo 78º do Regulamento do PDM em vigor, uma vez que o prédio objeto de intervenção possui uma área total inferior a 1500m² e uma área de construção máxima inferior a 450m²
- **Nº máximo de pisos**, não ultrapassa o número máximo de pisos admitidos acima da cota de soleira, conforme disposto na subalínea ii), da alínea c), do n.º 1, do Artigo 78º do Regulamento do PDM em vigor.

3.5.7. A proposta cumpre o previsto para o estacionamento privado, conforme disposto na alínea b) do Artigo 106º do Regulamento do PDM em vigor.

3.5.8. Relativamente ao estacionamento público, conforme disposto na alínea b) do Artigo 106º do Regulamento do PDM em vigor, a entidade requerente propõe criar 1 lugar de estacionamento público, cedendo ao domínio público uma área total de 31,81m².

3.5.9. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura (Legalização) e Destaque de Parcela**.

3.5.10. Alerta-se a entidade requerente que deverá apresentar **Projeto de Arquitetura (Legalização)** relativo a edificação localizada na parcela sobranter.

3.6. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o regulamento do PDMB (3ª Revisão – submetido a discussão pública):

3.6.1. A obra está implantada em Espaço Urbano de Baixa Densidade – BD, conforme carta de classificação e qualificação do solo.

3.6.2. A operação urbanística consiste na **Licenciamento de obras de edificação e Destaque de Parcela**, com vista à regularização de construção de edifício (obra inacabada) destinado a habitação (geminada) e muros de vedação.

3.6.3. Relativamente ao pedido de **Destaque da Parcela**, a entidade requerente apresenta planta indicando as parcelas a destacar e sobranter.



Sendo que:

Área total da parcela – **1060.11m²**

Parcela destacar – 486.43m²

Parcela sobrança – 573.68m²

Neste contexto, estão reunidos os pressupostos do n.º 4 do Art.º 6 do RJUE.

3.6.4. Relativamente ao pedido de **Licenciamento de obras de edificação**, pretende a entidade requerente proceder a regularização de construção de edifício (obra inacabada) destinado a habitação (geminada) e muros de vedação, sendo esta edificação localizada na parcela a destacar.

3.6.5. Analisados os elementos apresentados, verifica-se que o edifício objeto de licenciamento, cumpre as condições de edificabilidade definidas para a subcategoria de espaço BD1, conforme descrito no Artigo 67º do RPDM.

3.6.6. A proposta cumpre os parâmetros de dimensionamento de estacionamento (privado e público), previstos no Artigo 78º do RPDM, para o efeito, a entidade requerente propõe criar 1 lugar de estacionamento público, cedendo ao domínio público uma área total de 31,81m².

3.6.7. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura (Legalização) e Destaque de Parcela**.

3.6.8. Alerta-se a entidade requerente que deverá apresentar **Projeto de Arquitetura (Legalização)** relativo a edificação localizada na parcela sobrança.

3.7. Outros aspetos regulamentares:

3.7.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

3.7.2. Ao abrigo do disposto no n.º 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.7.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura.

4. PROPOSTA DE DECISÃO:

4.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto ao **deferimento do projeto de arquitetura e do pedido de destaque**.

4.2. Ao abrigo do número 4 do Artigo 20.º do RJUE, caso haja deferimento da pretensão, julga-se de comunicar a entidade requerente para, no prazo máximo de seis meses, apresentar os projetos de especialidades enumerados no ponto 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

4.3. Alerta-se a entidade requerente que deverá proceder ao registo do “ónus de não fracionamento pelo prazo de 10 anos” na certidão permanente.

4.4. Comunique-se o teor da presente informação.

Remete-se para consideração superior.

NOTA:

Pese embora se encontrem suspensos os procedimentos urbanísticos com o início do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 28273/2024/2, de 16 de Dezembro, em conformidade com o Artigo 145.º do RJIGT e Artigo 12.ºA do RJUE, considera-se que o presente procedimento, pedido de licenciamento ao abrigo da alínea c) n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, enquadrando-se na exclusão da suspensão de procedimentos, conforme explanado no parecer jurídico emitido pela Prof.ª Doutora Fernanda Paula Oliveira, comunicado ao serviço pelo Sr. Diretor Municipal, Dr. Zamith Rosas em 06/01/2025.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



PROCESSO: 4948/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-20463

REQUERENTE: PROVALOREM INVESTIMENTOS, LDA

LOCAL DA OBRA: Rua dos Espessandes Esporões 4705-475

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura

DU - DGPU [GP9]

Informação Técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

O requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-20463 de 15/09/2025, apresenta documentação, "com junção de elementos" que visa dar resposta, à notificação efetuada pelo ofício n.º 2025-5324 de 22/05/2025, apresenta um pedido de **licenciamento de obras de edificação** com vista Legalizar uma obra inacabada e proceder ao destaque de parcela. A obra diz respeito à construção de uma habitação geminada, muros de vedação e acessos, com tipologia T4, que foi executada sem o devido licenciamento, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua dos Espessandes, freguesia de Esporões, 4705-475 Braga, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 928/20090518, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 1341.

- 1.1. **Tipo de operação:** Destaque de parcela + Legalização de obra inacabada.
- 1.2. **Objetivo:** obter licenciamento para uma habitação geminada T4, muros de vedação e acessos já parcialmente construídos.
- 1.3. Relativamente ao local da pretensão **não** se identificaram quaisquer antecedentes processuais, nos serviços deste município.

2. PROCEDIMENTO APLICÁVEL

A presente operação urbanística tem enquadramento no n.º 2, do artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de **licenciamento de obras de edificação se encontra corretamente** instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 17, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

4. PROPOSTA

Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido **se encontra corretamente instruído**, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe o seguimento do mesmo para **análise urbanística**.

João Filipe de Oliveira Azevedo



DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

